

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.2 • 2024 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2024v10n2pxx-xx



PELO DIREITO DE SER QUEM SOMOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DIGNIDADE E TONI REIS

FOR THE RIGHT TO BE WHO WE ARE: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW
ON THE DIGNIDADE GROUP AND TONI REIS

POR EL DERECHO A SER QUIEN SOMOS: UNA REVISIÓN
BIBLIOGRÁFICA SOBRE EL GRUPO DIGNIDADE Y TONI REIS

Izabela de Paula Gomes¹
Frank Antonio Mezzomo²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar e analisar as produções bibliográficas produzidas sobre o Grupo Dignidade, precursor na busca pela promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA⁺ em Curitiba, Paraná. Esse exercício permite compreender como a instituição e um de seus fundadores, Toni Reis, são tematizados no espaço acadêmico e como tem sido sua visibilidade no espaço público. Para isso, consultamos três bases de dados eletrônicos: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da CAPES e Portal de artigos Scielo. Identificamos 9 trabalhos que abordam a temática proposta tendo como recorte temporal os anos entre 2013-2023. Para análise das produções construímos três eixos temáticos: 1) formação do Grupo Dignidade; 2) adoção homoafetiva; e 3) atuação do Grupo e de Toni Reis no espaço público. Concluímos que as discussões no âmbito acadêmico têm sido insipientes, a despeito da relevância e do papel político e social desempenhado pelos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento LGBTQIA⁺. Grupo Dignidade. Toni Reis.

ABSTRACT

This article aims to identify and analyze the bibliographic productions produced about the Dignidade Group, a precursor in the pursuit for the promotion of citizenship and the rights of the LGBTQIA+ population in Curitiba, Paraná. This exercise allows to understand how the institution and one of its founders, Toni Reis, are themed in the academic space and how has been its visibility in the public space. For this, we consulted three electronic databases: Google Academic, CAPES thesis and dissertation portal and Scielo article portal. We identified 9 works that deal with the proposed theme having as a time cut the years between 2013-2023. For the analysis of the productions we constructed three thematic axes: 1) formation of the Dignidade Group; 2) homophobic adoption; and 3) performance of the Group and Toni Reis in the public space. We conclude that the discussions in the academic field have been slow, despite the relevance and the political and social role played by those involved.

KEYWORDS

LGBTQIA+ Movement; Dignidade Group; Toni Reis.

RESUMEN

El presente artículo tiene por objetivo identificar y analizar las producciones bibliográficas producidas sobre el Grupo Dignidade, precursor en la búsqueda por la promoción de la ciudadanía y de los derechos de la población LGBTQIA+ en Curitiba, Paraná. Este ejercicio permite comprender cómo la institución y uno de sus fundadores, Toni Reis, son tematizados en el espacio académico y cómo ha sido su visibilidad en el área pública. Para ello, consultamos tres bases de datos electrónicas: Google Académico, Portal de tesis y disertaciones de CAPES y Portal de artículos Scielo. Identificamos 9 trabajos que abordan la temática propuesta teniendo como recorte temporal los años entre 2013-2023. Para el análisis de las producciones construimos tres ejes temáticos: 1) formación del Grupo Dignidade; 2) adopción homoafectiva; y 3) actuación del Grupo y de Toni Reis en el espacio público. Concluimos que las discusiones en el ámbito académico han sido inesperadas, a pesar de la relevancia y el papel político y social desempeñado por los involucrados

PALABRAS CLAVE

Movimiento LGBTQIA + . Grupo de Dignidade. de Toni Reis.

1 INTRODUÇÃO

Em 16 de maio de 2023 foi instituído pelo ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, um grupo de trabalho com o intuito de esclarecer as violações de Direitos Humanos contra pessoas LGBTQIA³. Contando com a presença de professores, advogados e ativistas, a ação visou garantir o direito à memória e à dignidade desses indivíduos (Brasil, 2023). Essa iniciativa permite entender o contexto de polarização que passamos no Brasil nos últimos anos, em especial durante o Governo de Bolsonaro (2019/2022), marcado por uma agenda política da extrema direita, com visíveis retrocessos sociais e de direitos das minorias.

No cenário atual, a partir das eleições majoritárias e proporcionais de 2022 no Brasil, o discurso político tem se voltado às demandas desses grupos marginalizados, colocando-os na cena pública e no debate sobre o direito à cidadania e a reparação do apagamento histórico. Apesar da onda progressista, sabemos dos intensos embates políticos e ideológicos, discussões no âmbito midiático e mobilizações que marcam a trajetória de militância dessas identidades dissidentes.

A luta pela cidadania da população LGBTQIA⁺ no Brasil surge nas décadas de 1970 e 1980 com a formação do Grupo de Afirmação Homossexual (Somos), que promoveu a difusão de materiais impressos na busca de uma autoafirmação identitária. Em uma “segunda onda” de ativismo nos anos 1990, a epidemia da AIDS marcou o aparecimento de políticas públicas de saúde mobilizando as esferas locais, estaduais e federal (Green, 2018; Simões, Facchini, 2009).

Ainda nesse período, Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas lideraram uma campanha junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM), cuja pauta girava em torno das disputas acerca dos usos do termo “homossexualidade”, enquadrado até então na lista de doenças decorrente do desvio mental e transtorno sexual. Por conta disso, o dia 17 de maio é marcado como o Dia Internacional contra a Homofobia. Essas ações possibilitaram o fortalecimento do movimento homossexual (Facchini, 2003), com a criação de diferentes grupos organizados institucionalmente e a discussão no âmbito público acerca dos direitos humanos.

O avanço de políticas afirmativas se deu sobretudo em 2011, com o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2015 tivemos a aprovação da lei de adoção por casais homoafetivos. Com a ascensão do conservadorismo e do fortalecimento da bancada evangélica no Congresso Nacional e em muitas Assembléias Legislativas, ocorrida na virada dos anos de 2010, passou a ocorrer disputas entre o discurso conservador na conjuntura política e a agenda dos direitos humanos. A atuação dos setores evangélicos e católicos trouxe à tona tensões em relação as políticas destinadas a comunidade LGBTQIA⁺, além da falta de investimentos e limitações quanto à participação política.

O debate está em curso, com polêmicas e discursos de ódio reverberando em diversos espaços e às vezes publicizadas nas redes sociais, tais como as falas do pastor da Igreja Batista da Lagoinha André

³ Utilizamos LGBTQIA+ por considerarmos ser a utilização mais adequada atualmente, compreendendo lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers e intersexos sendo o + adicionado ao final para representar as outras pessoas que não estão contempladas nessas 6 orientações sexuais.

Valadão, que teria afirmado que “Deus odeia o orgulho” e incitado a morte de pessoas LGBTQIA+ durante a transmissão de uma pregação religiosa (Band UOL, 4 jun. 2023). O que temos visto é que o Brasil lidera o ranking dos países que mais matam pessoas LGBTQIA+, com 257 mortes no ano de 2023 de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (Bulgarelli, 2018; Facchini; Rodrigues, 2017; G1 Bahia, 2024).

Nesse ambiente de mobilizações, reivindicações e violências está inserido o Grupo Dignidade, criado em 1992, em Curitiba, Paraná. Constituído na “clandestinidade” por meio de uma demanda pessoal dos fundadores Toni Reis e David Harrad, recém-chegados da Inglaterra, e de um grupo de amigos do casal. Com a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em 1992, os membros do Dignidade junto ao então secretário da saúde do Estado, Dr. Nizan Pereira, iniciaram alguns projetos voltados a grupos dissidentes. Esse movimento permitiu um diálogo com a população por meio de uma agenda de enfrentamento em parceria com o Ministério da Saúde (Grupo Dignidade, 2008).

Atualmente o Grupo Dignidade continua promovendo ações de atendimento aos LGBTQIA+ e iniciativas voltadas para a área educacional, de arte, cultura e questões jurídicas. Dentre algumas formas de atuação podemos citar o atendimento em casos de LGTBfobia, com apoio psicológico e assessoria jurídica a partir do Centro de Referência LGBTI João Antônio Mascarenhas, instalado em Curitiba no ano de 2006. Ademais, desenvolvem capacitações de lideranças do interior do Paraná no controle da AIDS e hepatites virais a partir do Espaço Paranaense da Diversidade LGBT, buscando diálogos entre os municípios com apresentação de projetos de leis e conferências. Organizam ações como o “diversidade trans” que estabelece suporte de modo virtual a pessoas trans por meio do acolhimento, acompanhamento jurídico e psicológico.

Em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Universidade Federal do Paraná e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), surgiu o “A hora é agora”, destinado a testagem rápida para AIDS, sendo realizado gratuitamente em alguns locais de Curitiba. Junto ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Dignidade elaborou o projeto “Sinergia”, que sistematiza ações de direitos a comunidade LGBTQIA+ perante ao STF. Com diálogos entre a sociedade civil e ministros do STF procuram executar as demandas ainda pendentes de julgamento.

No âmbito internacional, o “Perspectiva global”, vinculado ao Grupo e à Aliança Nacional LGBTI, procura articular pautas LGBTQIA+ no sistema internacional de proteção e promoção de direitos humanos. Ligado a Organização dos Estados Americanos, membros do Grupo Dignidade são representantes em audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O Grupo Dignidade conta com o Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott (CEDOC) – o nome é em homenagem a um dos militantes do movimento homossexual brasileiro. O intuito do arquivo é a organização e sistematização de materiais sobre a história do movimento LGBTQIA+ a fim de facilitar o acesso as informações e contribuir com a academia, a partir de estudos e produção de conhecimento. O acervo detém materiais produzidos pelo Dignidade, tais como DVD, filmes, cartazes, livros, jornais como as edições do Lampião da Esquina produzidos entre 1978 a 1981. Além disso, para promover os programas e eventos relacionados ao público LGBTQIA+ há a utilização das redes sociais como o Facebook e Instagram.

Parte dos trabalhos realizados são disseminados no site do Grupo, que se insere como uma estratégia de divulgação das atividades promovidas, já que constam informações sobre a formação, atuação e

objetivos do Dignidade. Na aba “Eventos” são divulgadas marchas e exposições realizadas em torno da pauta da inclusão, liberdade, direitos humanos, respeito à diversidade sexual. Essa iniciativa estabelece a apropriação de espaços da cidade enquanto local de resistência e existência desses indivíduos e de suas memórias. Ainda, expõe sugestões de filmes e peças que exploram a temática da homossexualidade, legislação (municipais, estaduais e federal) e projetos de leis que abarcam os direitos LGBTQIA*.

A página digital também divulga vagas de empregos destinadas às pessoas trans e de cursos de profissionalização, ação que parece interessante já que esse público enfrenta resistência para acesso ao trabalho. Por ser uma organização sem fins lucrativos, o Dignidade promove parcerias com diferentes empresas e órgãos estatais. Por meio de um portfólio institucional disponível no site, as instituições que desejam apoiar a causa tomam conhecimento sobre as atividades realizadas. Além disso, na sessão “transparência”, os internautas têm acesso aos informes financeiros que são atualizados anualmente. O site se oferece como uma ferramenta de divulgação e de promoção da causa defendida pelo grupo (Cf. <https://www.grupodignidade.org.br/>).

Diante desses cenários adversativos, vividos não somente no Brasil e, entendendo o papel político e social que o Grupo Dignidade vem desenvolvendo, realizamos um balanço bibliográfico a fim de entender como a academia tem se atentado para a atuação da organização e de Toni Reis, seu fundador. Com esse movimento, procuramos identificar o perfil das produções a partir de três eixos de análise: 1) a criação do Grupo Dignidade; 2) a adoção homoafetiva; e 3) a atuação do Grupo e de Toni Reis no espaço público. Ao final, esboçamos uma reflexão em relação a bibliografia produzida e perspectivas temáticas que podem ser ampliadas e problematizadas.

2 IDENTIFICANDO A LITERATURA

Para realizar a revisão da literatura consultamos três bases de dados eletrônicos: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Portal de artigos Scielo. Delimitamos os anos entre 2013-2023 como recorte temporal, já que nos anos anteriores não foram encontradas produções acadêmicas sobre o Grupo Dignidade ou Toni Reis. Para realizar a consulta utilizamos os descritores “Grupo Dignidade” (638 ocorrências), “Toni Reis” (631 ocorrências) e “Jornal Folha de Parreira” (9 ocorrências), totalizando 1.278 produtos localizados exclusivamente no Google Acadêmico.

Após esse movimento, verificamos o tipo de material encontrado em cada descritor. No que se refere ao “Grupo Dignidade” selecionamos cinco textos: uma tese, uma dissertação, dois capítulos de livro e um trabalho de evento. Os demais materiais apresentavam campanhas e cartazes voltados à divulgação, que não foram selecionados por não se tratar de conteúdos descritivos e reflexivos. Quanto ao descritor “Toni Reis” identificamos três artigos relacionados a temática. Já o *Jornal Folha de Parreira*, periódico produzido pelo Grupo desde 1992, elegemos apenas uma dissertação.

A partir da leitura dos títulos e resumos identificamos nove trabalhos entre teses, dissertações, artigos, capítulos de livros e trabalhos de eventos relacionados ao objeto de estudo. Consideramos

como critério de inclusão as produções que falavam sobre o Grupo Dignidade e sobre Toni Reis, a fim de analisar como essa temática aparece no decorrer dos textos. Entre os nove textos identificados três possuem autoria de Claudia Moraes e Silva Pereira, doutora em Ciências Sociais Aplicadas. Dois trabalhos são do historiador e mestre em História Cultural Jeferson Ramos, sendo um dos textos em coautoria com Paulo Roberto Souto Maior, doutor em História.

As autoras Celia Regina Piontkiewicz e Tatiana Lima são formadas em Serviço Social e contam com uma produção. Com um trabalho temos as autoras, graduadas em Direito, Jessica Batista Correa, Vitoria Chaves Nabarro, Taina Temp Kreutzer, Vanessa Steigleder Neubauer. Também um trabalho em coautoria de Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves, mestre em Psicologia, e Samira Cristina Pereira Silva, com mestrado em Ciências Sociais. Por fim, e também com um trabalho, a comunicóloga Mayara Thalita de Almeida e Marcos José Zablonksy, com doutorado em Educação.

3 FORMAÇÃO DO GRUPO DIGNIDADE: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO PARANÁ

A luta homossexual no Paraná é constituída pela participação do Grupo Dignidade enquanto primeira organização de Curitiba a promover discussões relacionadas ao direito e a cidadania de sujeitos LGBTQIA*. Para entendermos como essa trajetória é apresentada no espaço acadêmico, selecionamos três textos que discutem em sua estrutura a história do Grupo. O trabalho de Ramos e Maior (2020) analisa a formação do Dignidade articulada com a história do movimento homossexual no Brasil.

Nesse exercício utilizam os *jornais Correio de Notícias* (1992), *Diário do Paraná* (1974), *Folha de Londrina* (1993) e o *Folha de Parreira* (1992). Sabemos que a imprensa reúne um conjunto de indivíduos tendo como função divulgar informações e expressar valores e ideias de uma dada sociedade, a fim de construir consensos ou oposições (Luca, 2008; Motta, 2013). Assim, os jornais se estabelecem como espaço de transgressão para os homossexuais que buscavam denunciar as violências e mobilizar suas ações, e local onde se difundia ideias em uma sociedade intolerante ao que fugia da norma cis/heterossexual.

Um ponto interessante é entender os antecedentes e o terreno em que se constitui o Grupo Dignidade. Ramos (2019) investiga as identidades dissidentes em Curitiba na década de 1970 e menciona a criação do Celsu's bar em um cenário de fechamento político marcado pelo regime militar. O autor utiliza periódicos como o *Diário do Paraná* (1955-1983), *Diário da Tarde* (1899-1983) e o *Folha de Parreira* (1995), que contém uma entrevista com o dono do estabelecimento consultado por meio do CEDOC.

O bar, inaugurado por José Celso Filho, ator, bailarino e artista plástico, se tornou um espaço de sociabilidade entre entendidos e entendidas até então inexistente em uma Curitiba conservadora, onde o clima preconceituoso era notável (Ramos, 2019). Desse modo, esse lugar de subjetividades era palco da liberdade, servindo a esses indivíduos um ambiente dos quais suas identidades eram reconhecidas.

Esse cenário político perpassa o campo das religiosidades, tendo uma relação com a trajetória de Toni Reis. Ramos (2019), em uma entrevista com Toni, busca analisar a presença de elementos religio-

sos no discurso do entrevistado, enquanto elemento de constituição de subjetividades, sentimentos e silenciamentos. Com esse fim, o pesquisador articula eventos da história de Toni como a infância na cidade de Limeira, relatada como uma região que em sua maioria eram católicos, o processo de descoberta enquanto homem “gay” na adolescência e a expulsão da igreja devido as “recaídas”. O ato de “se assumir” em uma conjuntura marcada por repressões expressa uma sociedade que não tinha “profundos conhecimentos a respeito do mesmo ou de qualquer sentimento confessado e que fugisse ao normal heterossexual” (Ramos, 2019, p. 220).

Na década de 1990, ocorre o estigma da AIDS, quando os sujeitos homossexuais passaram a ser culpabilizados por tal “doença”. De acordo com o Correio de Notícias (1992), periódico que compartilhava ideias hegemônicas e de cunho homofóbico, aqueles que tinham “atividades ou hábitos homossexuais” eram impossibilitados de doar sangue. Além disso, Curitiba era palco da violência contra homossexuais, marcada por assassinatos e tendo reverberações em jornais regionais. Essa situação fez com que Toni Reis e outros amigos criassem um espaço onde esses problemas pudessem ser debatidos (Ramos; Maior, 2020).

Outra questão destacada pelos autores é o enfoque dos trabalhos acadêmicos acerca da história do movimento homossexual no Brasil. Segundo eles, a historiografia esteve direcionada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, tendo como consequência uma escassez de trabalhos que explorem as primeiras mobilizações no interior do país. A memória das homossexualidades e travestilidades permaneceu invisibilizada, limitando os diálogos. Para a região sul, “esse silêncio é uma realidade e um desafio” (Ramos; Maior, 2020, p. 72).

Tal inquietação também é apresentada por Green (2012), brasileiro precursor na militância homossexual no Brasil, que afirma a importância da descentralização da memória das homossexualidades e travestilidades com o intuito de explorar novas experiências. Sabemos das lacunas historiográficas e históricas sobre a população LGBTQIA+ e entendemos como um processo em construção. Torna-se fundamental um olhar para esses indivíduos, seus trânsitos, negociações e modos de existirem nas regiões do interior do Brasil, pois assim como nas demais localidades apresenta o discurso em favor do padrão da heteronormatividade.

Pereira (2014) em seu texto faz uma apresentação acerca do Grupo Dignidade. Essa escolha deve-se ao fato de seu trabalho ter como protagonismo os relatos dos membros da instituição e suas subjetividades. Pensando no “estado da arte” ela escreve a seção a partir de informações contidas no Estatuto do Grupo Dignidade e no livro que conta a história do Grupo produzido em 2008. Apresenta elementos sobre a formação da instituição, seus objetivos, composição dos cargos exercidos e suas dinâmicas por meio da observação participante da autora.

No movimento de entender os trânsitos que são constituídos, é mencionado elementos como a aproximação de Toni Reis com o Grupo Gay da Bahia, liderado por Luiz Mott e o Grupo Atobá do Rio de Janeiro, chamado atualmente de Grupo Arco-íris. Dessa interação com outros grupos surge o nome “Dignidade” e o CEDOC, onde “sem iniciativas como esta, a memória LGBT+ não teria condições de ser investigada” (Ramos, 2019, p. 17).

4 ADOÇÃO HOMOAFETIVA: O CASO DE TONI REIS E DAVID HARRAD

Com a conquista do direito para união estável de casais homoafetivos em 2011, e posteriormente o direito à realização do casamento civil em 2013, o anseio de se constituir enquanto unidade familiar tornou-se um assunto em debate. Sabe-se que desde março de 2015 a adoção homoafetiva no Brasil é reconhecida legalmente pelo STF. Ao equiparar os mesmos direitos a casais do mesmo sexo modificou-se o conceito de família que historicamente era entendido a partir de padrões heteronormativos.

Apesar desse avanço, vemos frequentemente casais homoafetivos travando longas batalhas perante a justiça para efetivar o desejo de construir um núcleo familiar. Dentre esses casos, destacamos o processo de adoção realizado por Toni Reis e seu companheiro, o inglês David Harrad. Para esse exercício, utilizamos dois artigos selecionados que abordam especificamente as discussões sobre a adoção homoafetiva.

Gonçalves e Silva (2019) evidenciam, a partir de um balanço bibliográfico, as conquistas jurídicas dos sujeitos LGBTQIA+ e as lacunas a serem discutidas no âmbito jurídico. Nesse caminho, os autores abordam as disputas enfrentadas por Toni e David para alcançarem a adoção plena. De acordo com David, desde o momento em que se conheceram ressaltavam à vontade de serem pais. Depois de discussões sobre o tema, em 2006 deram entrada na Vara da Infância e Juventude de Curitiba com o intuito de obterem a adoção conjunta, tornando-se o primeiro casal homoafetivo a realizar esse processo na cidade.

Essa modalidade seria importante para a garantia de direitos e bem-estar dos filhos, se porventura algum deles viesse a falecer não prejudicaria a segurança das crianças, porém, pela lei, só poderiam adotar como solteiros. Após embates na justiça conseguiram entrar com o pedido de adoção em 2008 que foi aceito com restrições. Em uma fala a BBC Brasil (Barifouse, 2015), Toni expressa os embates sofridos nessa ação. “Será que é preconceito? Pensam que vamos abusar se for menino?” Tais indagações compõem parte das condições que a eles foi imposta, ou seja, só poderiam adotar uma menina e com mais de 10 anos. Após recorrerem à decisão, uma promotora estadual entrou com um recurso do qual a adoção não poderia ser realizada em conjunto, pois eles não eram reconhecidos como uma família.

No texto *Adoção homoafetiva no direito brasileiro* (2015), esse acontecimento também é apresentado a partir de uma reportagem revelando o processo de rejeição pelo Ministério Público e a demora do STF em aceitar a adoção conjunta. Após dez anos de disputas judiciais e o impedimento de adotarem na Comarca de Curitiba, o casal adotou três crianças com a ajuda da advogada Gianna Carla Andretta e da ministra do STF Carmem Lucia, em março de 2015, que julgou improvido o recurso colocado pela promotora. O estudo traz o enfoque na perspectiva da psicologia pelo viés da criança e os posicionamentos contrários e favoráveis acerca da adoção homoafetiva a partir dos novos arranjos familiares.

Os dois trabalhos exploram os “avanços” dos direitos desses sujeitos e os embates que são percorridos nessa trajetória. Fica evidente o preconceito na busca de constituição de uma família por parte de indivíduos LGBTQIA+, como foi o caso de Toni Reis e David Harrad, pois “negar a adoção a um casal, pelo simples fato de ela ser considerada diferente dos padrões gerais estabelecidos pela sociedade é um ato de discriminação” (Correa *et al.*, 2015, p. 11). Dessa forma, Gonçalves e Silva (2019) afirmam que é preciso afastar-se de uma visão endossada em relação ao judiciário brasileiro, pois, apesar de

ser um aliado na garantia de direitos, vemos resistências nesses espaços. Sobre esse tema, propostas de leis e emendas à Constituição são barradas ou arquivadas, demonstrando uma agenda política cujos interesses buscam atender determinados grupos da sociedade e deslegitimar outros.

5 ATUAÇÃO DO GRUPO DIGNIDADE E DE TONI REIS NO ESPAÇO PÚBLICO

A frase “Assumir é essencial para a conquista de direitos” foi estampada na capa do Jornal Folha de Parreira, em agosto de 1992, periódico produzido pelo Grupo Dignidade. A fala chama atenção para mobilização dos sujeitos homossexuais no sentido de reconhecerem sua sexualidade. E, a partir disso, buscarem seus direitos frente aos silenciamentos e apagamentos por parte da sociedade. Assim, os integrantes entendiam que “a sociedade curitibana precisava perceber que não apenas os homossexuais existiam, mas que suas vidas importavam” (Ramos; Maior, 2020, p. 87). A partir disso, compartilhamos do entendimento de que ações produzidas pelo Grupo são importantes para se pensar sua relevância frente à população. A fim de problematizar essa atuação no espaço da cidade, partimos das discussões apresentadas em quatro trabalhos acadêmicos.

As ações em prol da comunidade homossexual iniciam em 1992 no contexto da AIDS. A visibilidade do Grupo no espaço público surge a partir da participação de Toni Reis em um programa de TV local de Curitiba, colocando-o como representante de uma organização homossexual na cidade. A repercussão foi apresentada no periódico Correio de Notícias (1992) dando notoriedade ao Dignidade. Como resultado, nasceu uma parceria com o Ministério da Saúde lançando a campanha “Arrastão da vida”, que levava a distribuição de camisinhas e informativos a população na luta pelo enfrentamento do vírus (Ramos; Maior, 2020).

Essa articulação entre o Grupo Dignidade e o Ministério da Saúde pode ser compreendida na tese de Pereira (2021). A autora analisa as campanhas realizadas pela entidade e o Ministério da Saúde, a partir do conceito de equidade, tendo como objetivo uma reflexão acerca do atendimento à população LGBTQIA+ referente ao direito à saúde. Afirma que no campo da saúde há a manutenção de padrões heteronormativos, visto que os profissionais que trabalham com famílias homoafetivas e transgêneras não possuem conhecimento adequado na promoção da cidadania desses indivíduos. Assim, para ela, é necessário a capacitação dos profissionais da saúde e implementação de políticas públicas voltadas para essas questões.

Consoante a essa pesquisa, Pereira (2022) utiliza como fontes a Política Nacional de Saúde LGBT, documento instituído no Governo de Dilma Rousseff em 2012, e imagens contidas nas campanhas do Ministério de Saúde e do Grupo Dignidade sobre equidade LGBTQIA+ em parceria com o estado do Paraná. Observa que os materiais analisados não atendem a outras ramificações como a população negra que pouco são mostradas. Para ela, a partir das fontes há uma representação parcial do conceito de interseccionalidade, sendo necessário aprofundamento nessas questões no âmbito da saúde e atenção a comunidade LGBTQIA+.

Sobre o exposto, concordamos que a cidadania se faz a partir da garantia de direitos fundamentais como a saúde. A inviabilização desse debate nos múltiplos espaços restringe a elaboração de políti-

cas públicas de saúde. Vivenciamos esse apagamento a partir dos discursos políticos em que o tema da sexualidade é entendido como um dos perigos à instituição familiar. Evidência disso são os projetos como o Movimento “Escola Sem Partido” e a “Ideologia de Gênero”, ações que buscaram conter os avanços da laicidade por meio de setores católicos e evangélicos, principalmente carismáticos e neopentecostais (Anjos, 2022; Barzotto, 2020).

Os avanços e desafios quanto ao direito à cidadania de pessoas LGBTQIA+ a partir das ações desenvolvidas pelo Grupo Dignidade é descrito no texto de Piontkievicz e Lima (2015). Nele, as autoras apresentam de maneira sucinta alguns projetos desenvolvidos no Dignidade como: a Prevenção combinada e o “A hora é agora”, ligado a prevenção da AIDS e a testagem gratuita na sede do Grupo; o Projeto Espaço Paranaense que promove a cidadania e combate à violência e a discriminação; o “Igualdade na veia”, que atua na regularização da doação de sangue por parte dos sujeitos homossexuais; e o *advocacy* que promove ações na promoção dos direitos humanos.

O termo *Advocacy* surge enquanto defesa em favor de uma causa, tendo como objetivo a formulação e implementação de políticas públicas que atendam as necessidades da população (Enriconi, 2017). Sobre isso, Almeida e Zablonky (2019) realizam uma assessoria de comunicação a fim de auxiliar na ampliação do público em atividades promovidas pela organização. Como materiais são utilizados dados do portfólio da organização não governamental (ONG), regimento interno, métricas da página do Facebook e do Instagram do Grupo Dignidade.

Segundo os autores, o Grupo precisava do apoio relacionado as mídias sociais “tanto para evidenciar as conquistas e avanços da comunidade LGBTI+, quanto para reivindicar políticas públicas, conseguir captar voluntários e instituições interessadas em realizar parcerias, patrocínios e alianças” (Almeida; Zablonky, 2019, p. 7). Mobilizando membros do Grupo e o público LGBTQIA+ que participaram da Marcha da Diversidade em Curitiba em 2018, tal iniciativa promoveu a atualização do site do Grupo Dignidade e nas mídias do Grupo, contribuindo para as pautas do *advocacy* e a divulgação na luta pelos direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço bibliográfico realizado se propôs a analisar como o Grupo Dignidade e um de seus fundadores, Toni Reis, são tematizados por meio da consulta em três bases de dados eletrônicos: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da CAPES e Portal de artigos Scielo. Identificamos nove trabalhos publicados nos últimos 10 anos, os textos tratam do histórico da organização, do tema da adoção homoafetiva que atravessa a vida de Toni Reis e a atuação da instituição na cena pública em favor de políticas e direitos à comunidade LGBTQIA+.

Em alguns trabalhos acadêmicos o Grupo Dignidade compôs a contextualização dos objetos estudados, como é o caso da dissertação de Pereira (2014) que se debruçou nas trajetórias de membros da instituição. Ramos (2019) utiliza o Jornal Folha de Parreira, periódico criado pelo Dignidade, problematizando o cenário de Curitiba e do Celsu’s bar enquanto espaço de resistência. Salientamos a

importância do CEDOC, que faz parte do Grupo Dignidade e disponibiliza materiais em seu acervo para a produção acadêmica e o acesso a histórias que ainda podem ser contadas.

Ainda, textos como o de Almeida e Zablonsky (2019), do campo da Comunicação, proporciona a compreensão e o diálogo da instituição com o público e a sociedade. Novos caminhos podem ser acionados principalmente com a História Pública a partir da produção do conhecimento histórico em diferentes espaços, que junto aos movimentos sociais promove a construção de uma história colaborativa e democrática, trazendo visibilidade às narrativas de grupos subalternizados (Rovai, 2018).

Compartilhamos do pensamento de Ramos e Maior (2020) quando apontam as lacunas dessas discussões no campo da historiografia, notadamente na produção de uma história dos movimentos homossexuais para além dos grandes centros. A invisibilização, inclusive nas Ciências Humanas, ocorre a despeito da realidade de se viver em um país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, cuja ojeriza também é expressa em discursos de ódio e intolerância proferida por representantes políticos e religiosos.

Apesar dos “avanços” nas políticas com o direito a união estável e o reconhecimento da adoção que atravessam a trajetória de Toni Reis e seu companheiro David Harrad, como pontuam Correa *et al.* (2015) e Gonçalves e Silva (2019), há questões a serem debatidas e problematizadas. Sabemos que o casamento civil por pessoas do mesmo sexo não é amparado pela lei, o que permite brechas proibitivas. Vivenciamos recentemente discussões em âmbito nacional como a votação do projeto inconstitucional contra o casamento de pessoas LGBTQIA+ ocorrida em setembro de 2023.

A partir dos resultados encontrados podemos concluir que o assunto é pouco expressivo no âmbito da academia, recebendo alguma atenção do campo do Direito, das Ciências Sociais e da Comunicação. Isso sinaliza para uma dissonância entre as ações e discussões promovidas pelo movimento e como essa temática reverbera, ou não, nos espaços acadêmicos. Essa constatação abre espaço para questionamentos sobre o tipo de ciências humanas estamos produzindo, talvez excessivamente endógena à universidade.

As discussões sobre o Grupo Dignidade e Toni Reis são insipientes, à despeito da relevância e do papel político e social desempenhado pelos envolvidos. Desde 1992 a luta pela cidadania e os direitos das pessoas LGBTQIA+ é uma bandeira levantada pelo Grupo, sendo precursor no movimento homossexual no Paraná e tendo um diálogo junto à população curitibana por meio de projetos sociais. É possível dizer que Toni Reis e o Grupo se colocam como mediadores e articuladores da causa junto às organizações públicas.

O percurso em prol da cidadania inclusiva aparece no horizonte, já que convivemos com resquícios de um governo que promoveu uma série de discursos de violência e a discriminação de diferentes grupos da sociedade, incluindo a população LGBTQIA+. Essa onda de ataques trouxe à tona o medo de viver em uma sociedade que nega o direito a esses sujeitos colocados à margem. Nesse embate, o Grupo Dignidade e Toni Reis firmam militância, buscando estratégias para a efetivação de políticas públicas de liberdade e igualdade.

O campo biográfico, em diálogo com a História Pública, pode ser uma possibilidade de ampliação da temática tendo o indivíduo como centro da narrativa, pois este não está condicionado às estrutu-

ras predeterminantes, mas atua e transforma o ambiente do qual faz parte (Velho, 2006). Ao trazer a vida para dentro da história, se atentando aos detalhes da dinâmica cotidiana, é possível explorar os meandros, singularidades e especificidades dos envolvidos. Logo, permite entender as potencialidades desses sujeitos que por meio de uma rede de sociabilidade forjam suas identidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mayara; Zablonsky, Marcos. Ações de advocacy como garantia de diversidade na democracia. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2019, Belém. **Anais [...]**, Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. p. 1-15.
- ANJOS, Brandon; MEZZOMO, Frank. “Uma luta do bem contra o mal”: a instrumentalização da agenda moral na eleição estadual paranaense. **Revista de Estudos de Religião**, v. 13, n. 2, p. 81-99, 2022.
- BARZOTTO, Carlos; SEFFNER, Fernando. Escola sem partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, 2020.
- BARIFOUSE, Rafael. Ninguém mais pode dizer que não somos uma família. **BBC Brasil**, São Paulo, 9 abr. 2015. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjI>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 11. 341, de 1 de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjP>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- BRASIL REGISTRA 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo. **G1 Bahia**, Bahia, 20 de jan. 2024. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjS>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BULGARELLI, Lucas. Um *impeachment*, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 487-499.
- CARVALHO, Bruno Leal. Digitalização de jornais: uma reflexão sobre desafios e melhores práticas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 89-102, 2016.

CORREA, Jessica *et al.* Adoção Homoafetiva no direito brasileiro. Seminário Internacional de Educação do Mercosul, 2015, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**, Rio Grande do Sul: Unicruz, 2015.

ENRICONI, Louise. Advocacy: o que é? **Politize**. Florianópolis, 10 ago. 2017. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZka>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Caderno AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

FACCHINI, Regina; Julian, RODRIGUES. Que onda é essa? Guerras culturais e movimento LGBTT no cenário brasileiro contemporâneo. In: MACHADO, Frederico; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan de (org.). **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017, p. 35-60.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

GONÇALVES, Carolina; SILVA, Samira. Os “LGBT+” como novos sujeitos coletivos de direitos: lutas políticas e construções jurídicas. **Revista Ensaios**, Rio de Janeiro, v.12, p. 99-118, jan./jun. 2018.

GREEN, James N. Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). **Que história pública queremos?** / What public do we want? São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 249-260.

GREEN, James N. Homossexualidade e a história: recuperando o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 65-76, 2012.

GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de dignidade** – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

GRUPO DIGNIDADE. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZkq>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

O QUE SIGNIFICA a sigla GLS e por que ela foi substituída por LGBT+. **GZH comportamento**. Rio Grande do Sul. 29 de jun. 2023. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjv>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PASTOR ANDRÉ Valadão incita fiéis a matar LGBTs em culto nos Estados Unidos. **BAND UOL**. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjC>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PEREIRA, Claudia. **Relações familiares homoafetivas**: as contradições e a construção cotidiana das famílias vinculadas ao Grupo Dignidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2014.

PEREIRA, Claudia. **Desafios e tensões no atendimento equitativo da família homoafetiva e da família transgênera**: um estudo sobre as Representações Sociais e Imagéticas no Campo da Saúde. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2021.

PEREIRA, Claudia. Interseccionalidade para a garantia da equidade no âmbito da saúde da população LGBTQI+ no Brasil. In: Ramon Missias Moreira (org.). **Representações Sociais, Saúde e Qualidade de Vida em tempos de pandemia COVID-19**: uma análise sobre Brasil e Portugal. Petrolina, Brasil: Editora UNIVASF, 2022, p. 110-123.

PIONTKIEVICZ, Celia; LIMA, Tatiana. A história pela visibilidade do Grupo Dignidade pela cidadania LGBT em Curitiba. Evento de Iniciação Científica- EVINCI, 2015, Curitiba. **Caderno de Resumos**, Curitiba: Uni Brasil, 2015.

RAMOS Jeferson. **A norma, os corpos e os prazeres**: moral sexual, tra(ns)versalidades e “homossexualismo” no Paraná dos anos de 1970. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

RAMOS Jeferson; MAIOR, Paulo Souto. Inventando a dignidade: a emergência da luta homossexual organizada no paraná. In: PEREIRA, Elenita Malta; DEBIASE, Rose Elke (org.). **Movimentos sociais e resistências no Sul do Brasil**. Curitiba: Appris, 2020. p. 71-93.

ROVAL, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia. **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

VELHO, Gilberto. Ciências sociais e biografia individual. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3-9, jul./dez. 2006.

Recebido em: 29 de Janeiro de 2024

Avaliado em: 30 de Setembro de 2024

Aceito em: 10 de Outubro de 2024



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Graduada em História e mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História Pública (PPGHP), Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Campo Mourão; Bolsista CAPES; Secretária Executiva da Revista NUPEM (Qualis A4); Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR; Pesquisadora no projeto “Paraná Mais Diversidade: Promovendo a Inclusão e Cidadania LGBTI+ no Paraná” do Grupo Dignidade.
E-mail: izagomes2704@gmail.com

2 Doutor e Mestre em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Especialista em História Social e Graduado em Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste; Pós-Doutor em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Complutense/Madrid; Professor Associado na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, atuando nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, História Pública e Mestrado Profissional em Ensino de História; Exerceu funções administrativas como Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Coordenador do PPG Interdisciplinar, coordenação institucional do PIBIC/CNPq; Compõe o Comitê Assessor de Ciências Humanas da Fundação Araucária desde 2014, atuando como coordenador na gestão 2020/2024; Editor da Revista NUPEM; Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder; Desenvolve pesquisas com as temáticas de religião, política, (auto)biografia, cultura e sociedade, em diálogos com a Antropologia, Sociologia e História.
E-mail: frankmezzomo@gmail.com

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

